



NOTA TEMÁTICA

Políticas Públicas Urbanas: Uma Perspectiva Internacional

Neantro Saavedra-Rivano ^(**)

A importância crescente da urbanização e, conseqüentemente, da atenção dada às políticas públicas que se ocupam deste fenômeno (Políticas Públicas Urbanas - PPU), está relacionada em boa medida a duas tendências modernas. Por um lado, uma proporção cada vez maior da população vive nas cidades: em nível global, desde 2007 há mais pessoas morando em áreas urbanas do que rurais, limiar que foi ultrapassado em países europeus já em meados do século passado; no Brasil, a população urbana ultrapassa os 85% da população total. Em segundo lugar, há evidências de que o processo de desenvolvimento econômico, imperceptível até pouco mais de dois séculos atrás, está estreitamente relacionado com a urbanização. Estudos recentes demonstram, por exemplo, que a produtividade é maior nas cidades e, mais importante ainda na era da inovação, as cidades constituem um ambiente superior para geração de novas ideias e produtos.

Há de se reconhecer que, originalmente, o desenvolvimento urbano não foi planejado, mas espontâneo, em muitos casos mesmo caótico, como fica bem ilustrado no relato do crescimento da cidade fictícia de Hills Valley (1850-2015) que se desprende da trilogia “De Volta ao Futuro”. As PPU aparecem como uma resposta social à necessidade de se ocupar sistematicamente da manutenção da prosperidade e o bem-estar dos cidadãos. Além disto, e devido a associação entre urbanização e desenvolvimento econômico, muitas das PPU se confundem com as políticas que promovem o crescimento da economia. Há ainda a questão da competitividade internacional que, ainda que seja em última instância uma concorrência entre países, cada vez mais confronta cidades entre si. Assim

por exemplo, polos científico-tecnológicos (tecnópoles como Tsukuba no Japão ou Daejeon na Coreia) e centros financeiros (Londres na Inglaterra, Xangai na China) são impulsados com este fim.

Os temas das PPU são variados: mobilidade urbana, habitação, inclusão social, infraestrutura, só para citar alguns. Muitos deles têm um escopo local e poderiam, em princípio, ser objeto de PPU formuladas e implementadas pelas próprias cidades interessadas. Outros tem um escopo mais amplo e, novamente em princípio, poderiam ser tratadas de forma mais eficiente por PPU formuladas a nível nacional.

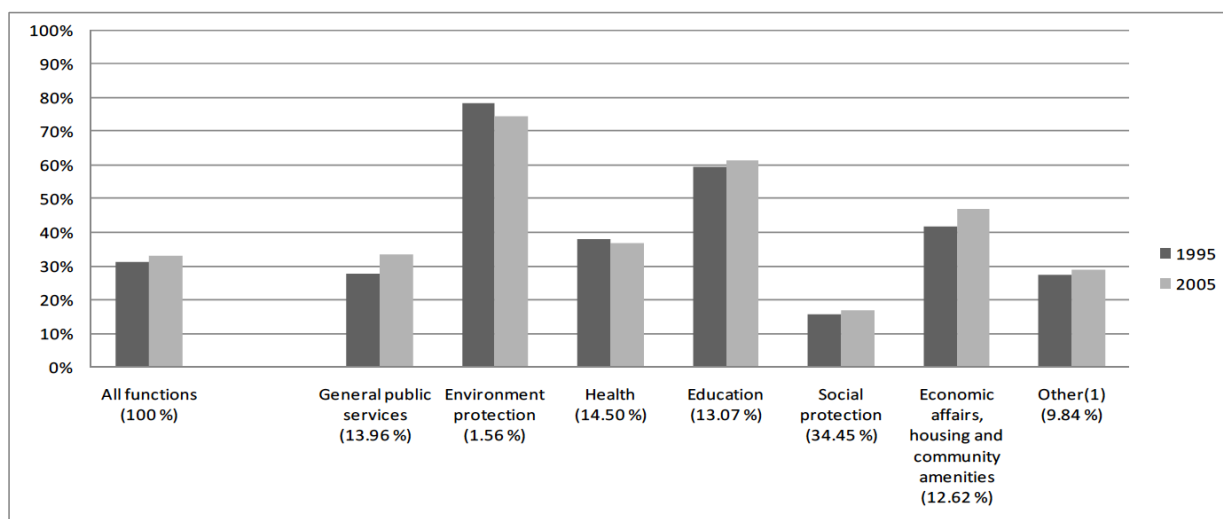
A experiência internacional mostra que a formulação e implementação de PPU é extremamente diversa. Na maioria dos países desenvolvidos os processos de urbanização foram o resultado da operação das forças do mercado e não de planos formulados centralmente. Há algumas exceções como, por exemplo, na Alemanha e no Japão na reconstrução logo após o fim da Segunda Guerra Mundial e, sem dúvida, políticas sociais nacionais (como a construção de habitações sociais na França) tiveram um impacto indireto no processo de urbanização. O fato é que, até recentemente, os países desenvolvidos não têm tido uma política nacional de urbanização explícita. O que mais se aproximaria disto são estratégias de ocupação do território que visem à descentralização espacial ou à distribuição mais equitativa das atividades econômicas. Isto não significa, naturalmente, que não existam PPU formuladas a nível local e há numerosos exemplos de polos urbanos bem-sucedidos em Europa, Japão e EEUU.

É de fato em países em desenvolvimento, e especialmente em países emergentes, que se aprecia a existência de PPU mais explícitas em nível nacional. O melhor exemplo é a China, país que registra algumas das mais elevadas taxas de crescimento no processo de urbanização. Atualmente com cerca de 54% das pessoas residentes permanentes em centros urbanos, projeta-se que essa taxa chegue a 60% em 2020 e a 75% em 2050. China lançou no ano passado um ambicioso Plano Nacional de Urbanização cobrindo o período 2014-2020.

A questão da relação entre PPU formuladas em níveis local e nacional é complexa e a sua importância não se limita aos aspectos técnicos da governança. Ela é também relevante no que se refere à participação das populações nas questões de interesse para sua vida cotidiana e, em última instância, no tocante à evolução da democracia moderna.

Por último, ainda que não menos importante, há a questão dos recursos financeiros. A formulação e implementação de PPU a nível local não é sustentável sem a disponibilidade certa de recursos orçamentários. Nos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, ver gráfico abaixo) as cidades dispõem de suficientes recursos (seja via transferências do governo central, impostos locais ou taxas de utilização de serviços) como para poder se ocupar de parte significativa das despesas associadas com as questões urbanas e podem, destarte, contribuir na formulação e implementação de PPU adequadas. Este não é sempre o caso em outros países.

Figure 43. Share of sub-central government in general government spending by function in the OECD area



Note: The vertical bar on the figure represents the share of sub-central government in general government spending by function. Data in brackets show the share of the given function in total sub-national expenditure.

Source: OECD



(*) A leitura de bordo é um documento minimamente editorado, por razões de eficiência de divulgação. Destina-se a um público estritamente interno ao Movimento CHIS.

Obs: Versão Eletrônica em CHIS.POP-BA.RNP.BR

() Professor Emérito da Universidade de Tsukuba e Pesquisador Associado da Universidade de Brasília. É consultor do Movimento CHIS-BSB.**

